



# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 4226, DE 2021

Altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos, para tornar gratuita e online a emissão da segunda via da certidão de nascimento para os cidadãos em situação de vulnerabilidade social.

**AUTORIA:** Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador MECIAS DE JESUS

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 2021**

Altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos, para tornar gratuita e online a emissão da segunda via da certidão de nascimento para os cidadãos em situação de vulnerabilidade social.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º. Esta lei altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos, para tornar gratuita e online a emissão da segunda via da certidão de nascimento para os cidadãos em situação de vulnerabilidade social.

Art. 2º. A Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, passa a vigorar acrescida dos seguintes dispositivos renumerando os demais parágrafos.

Art. 30. Não serão cobrados emolumentos pelo registro civil de nascimento e pelo assento de óbito, bem como pela primeira certidão respectiva.

§ 1º Os cidadãos em situação de vulnerabilidade social, estão isentos de pagamento de emolumentos pela emissão da segunda via de certidões extraídas pelo cartório de registro civil.

§ 2º O estado de vulnerabilidade social será comprovado por:

I – carteira de trabalho com a inscrição de desligamento do requerente do quadro de funcionários da empresa;

II – inscrição no cadastro único do governo federal;

III – inscrição em programas sociais e/ou assistenciais nas três esferas de governo;

IV – comprovação de renda igual ou inferior a 1 (um) salário mínimo; (NR)

.....



SF/21294.81037-39

§ 3º D. É vedado aos cartórios exigir declaração emitida pelas Defensorias Públicas ou pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) para certificar o estado de vulnerabilidade social necessário à emissão da segunda via de certidão gratuita, sob pena de responder nos termos do § 3º-A.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor decorridos 90 dias da data de sua publicação.

## JUSTIFICATIVA

O objetivo desse Projeto de Lei é possibilitar que o cidadão que se encontra em situação de vulnerabilidade social possa solicitar a segunda via da certidão de nascimento de forma online e gratuita considerando a importância desse documento para o exercício da cidadania e dos direitos civis e sociais.

A Certidão de Nascimento é o primeiro documento que contém a validade jurídica de uma pessoa. Com ele é possível comprovar a sua existência, idade, nacionalidade, o nome dos seus pais, entre outras informações importantes para o Poder Público e a sociedade.

É importante esclarecer que o registro civil de nascimento é feito uma única vez, já a certidão de nascimento é um documento emitido pelo cartório quantas vezes for solicitado pelo interessado. Lembrando que a emissão da primeira certidão de nascimento é gratuita para todos os cidadãos brasileiros. A partir da solicitação da segunda via o interessado deverá pagar o emolumento respectivo cujo valor difere de Estado para Estado. No Estado de Roraima o valor varia de R\$ 22, 20 à R\$ 42,92.<sup>1</sup>

Até um tempo atrás para solicitar a emissão da segunda via de uma certidão de nascimento era preciso se dirigir até o cartório onde ocorreu o registro de nascimento. Assim, apenas exemplificando, uma pessoa que nasceu na cidade de Boa Vista e agora mora em outro município de outro Estado, terá que arcar com os custos de uma viagem para conseguir solicitar a emissão da segunda via de certidão de nascimento já que a sua presença se faz necessária. O custo total e a burocracia em torno da emissão da segunda via, impede que milhões de brasileiros exerçam seus direitos sociais e tenham acesso a políticas públicas.

Hoje em dia é muito simples emitir uma segunda via desse documento, seja para o próprio indivíduo ou para os parentes, já que é um documento público. O pedido pode ser feito presencialmente, como sempre ocorreu ou através da internet de forma legítima e segura.

Há inúmeros cartórios e empresas que geram certidões através do meio digital, e o documento é o mesmo requerido presencialmente no cartório. O problema é que tal solicitação é paga e uma parte considerável da população brasileira não tem como arcar com esse custo.

O art. 30 da Lei dos Registros Públicos excepciona a regra geral com a gratuidade para aqueles reconhecidamente pobres. O requerente precisa entrar em contato com o cartório e solicitar a Declaração de Hipossuficiência, também denominada de Atestado

de Pobreza, assinar e comprovar a situação de pobreza. Essa declaração pode ser escrita manualmente e deve garantir que as informações ditas sejam verdadeiras.

Ocorre que embora o § 2º do art. 30 determine que “o estado de pobreza será comprovado por declaração do próprio interessado ou a rogo, tratando-se de analfabeto, neste caso, acompanhada da assinatura de duas testemunhas”, na prática, não ocorre nesses termos. A grande maioria dos cartórios, em especial nos municípios menores, exige que o requerente vá até uma Defensoria Pública ou Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) para obter uma declaração de estado de pobreza.

Trata-se de uma burocracia inócua diante de situações que são notoriamente de hipossuficiência. Obrigar o cidadão a se dirigir até um órgão público para obter tal declaração, além de custoso, causa constrangimento diante da subjetividade da avaliação. Além disso, o uso da palavra “pobre” já está ultrapassado por considerar apenas a renda da pessoa e não os demais fatores que permeiam sua vida.

O termo “vulnerabilidade social” é mais adequado por ser um conceito multidimensional que se refere à condição de indivíduos ou grupos em situação de fragilidade, que os tornam expostos a riscos e a níveis significativos de desagregação social por questões de moradia, renda, escolaridade, entre outros.

Penso que a cobrança de taxas para a emissão de segunda via de documentos tão importantes para a vida do cidadão é desarrazoada, haja vista ser factível supor que as pessoas podem perder seus documentos durante o decorrer de suas vidas, principalmente, as pessoas mais carentes que se deslocam para outros lugares/endereços com mais frequência.

É certo que toda essa sistemática exigida para a concessão da gratuidade na emissão da segunda via de certidões afugenta o cidadão mais carente que continua vivendo à margem da sociedade sem “existir” juridicamente.

Diante do exposto, por ser de relevância social, peço o apoio dos nobres pares para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das sessões, 01 de dezembro de 2021.

---

**Senador MECIAS DE JESUS**  
**(REPUBLICANOS/RR)**

---

<sup>1</sup> <https://www.anoreg.org.br/site/tabela-de-emolumentos/>

# LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 6.015, de 31 de Dezembro de 1973 - Lei dos Registros Públicos; Lei de Registros Públicos - 6015/73

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1973;6015>